

A abordagem freiriana nas relações étnico-raciais no contexto escolar: a pretagogia na educação de jovens e adultos

The freireian approach to ethnic-racial relations in the school context: the pregacy in youth and adult education

Esther Costa Mendonça¹

RESUMO

As relações étnico-raciais estão presentes em todos os contextos sociais e a escola contemporânea deve compreender essas dinâmicas e colaborar com o seu sucesso. Abordar essa temática em educandos da Educação de Jovens e Adultos é um desafio ao professor uma vez que sendo esse público composto por indivíduos adultos com visões e opiniões já definidas, ao educador é apresentada a missão de trabalhar a temática fugindo da ótica proselitista, compreendendo e ensinando que as relações étnico-raciais devem ser lineares e respeitadas. Nessa perspectiva as abordagens freirianas colaboram tanto com a alfabetização desse público, desvendando o mistério da leitura de palavras, como com o seu desenvolvimento crítico, na leitura do mundo, com o auxílio das práticas pretagógicas, a abordagem da temática efetiva-se segura e objetiva. A fim de ilustrar como essa interpelação pode ocorrer, o presente trabalho propõe uma análise histórica da categoria de Educação de Jovens e Adultos, desvelando seus objetivos ao passar dos tempos e analisando a sua atuação na sociedade corrente. Para tal, recorreu-se à uma pesquisa bibliográfica entre a obra freiriana e autores correspondentes. Ao final, foi possível constatar que a atuação da perspectiva freiriana aliada à outras abordagens permitem mudanças diretas e necessárias para o equilíbrio social.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; Ensino de Jovens e Adultos; Pretagogia.

ABSTRACT

Ethnic-racial relations are present in all social contexts and the contemporary school must understand these dynamics and collaborate with their success. Addressing this theme in learners of Youth and Adult Education is a challenge to the teacher since being this audience composed of adult individuals with already defined views and opinions, the educator is presented with the mission of working the theme escaping from the proselytizing perspective, understanding and teaching that ethnic-racial relations must be linear and respectful. From this perspective, Freire's approaches collaborate both with the literacy of this audience, unraveling the mystery of word reading, and with its critical development, in the reading of the world, with the aid of pretagogical practices, the approach of the theme is safe and objective. . In order to illustrate how this questioning may occur, this paper proposes a historical analysis of the Youth and Adult Education category, unveiling its objectives over time and analyzing its performance in current society. For this, we resorted to a bibliographic search between the Freirian work and corresponding authors. In the end, it was found that the performance of the Freire perspective combined with other approaches allow direct and necessary changes for social balance.

Keywords: Ethnic-race relations; Youth and Adult Education; Pregacy.

¹ Universidade Federal do Ceará. Pedagoga, Especialista em História e Cultura Africana e Afro-brasileira, Mestranda em Educação. E-mail: est.costa@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Em todos os seus momentos, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) no Brasil buscou direcionar sua atividade para a contemplação das demandas geradas por um grupo específico. A cada novo governo, o objetivo da educação institucional de jovens e adultos é redirecionado aos interesses dominantes, que nem sempre condizem com o da maioria dominada no país: a classe média proletariada, ou como define Freire: oprimidos. Quando Freire (1996, p.22) manifesta a que “a pedagogia do oprimido é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação [...]”, propõe uma forma de educar que emancipe o educando, evidenciando aos seus olhos um mundo onde o seu protagonismo o liberta das limitações impostas pelo seu opressor, através de uma relação linear de cumprimento e desprendida de exploração e constrangimentos. E uma educação propositiva a esse fim, forçosamente exige uma imersão do sujeito na realidade que produz e da qual é produzido, exige a constituição de um incômodo que o provoque e o faça interagir com essa realidade, tencionando modificá-la a fim de torná-la mais justa e humanizada.

Com evidente influência fenomenológica, o pensamento de Freire manifesta essa percepção, na medida em que observa fundamental a relação entre pessoas e coisas para a construção do próprio conhecimento

Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer. [...] Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. [...] Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, “envolvendo-o”, condiciona sua forma de atuar. [...] Não há, por isto mesmo, possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro (1983, p.17).

Por isso uma educação modificadora, afinal, para que uma educação que não para modificar realidades e contextos a fim de produzir emancipações nos seus sujeitos?

Nesse sentido é possível repensar como se processa o tratamento das relações étnico-raciais dentro da instituição escolar. Vislumbrando a emancipação dos sujeitos, Freire propicia a viabilidade da sua libertação social através da educação. Como ser social, o homem convive, segundo Durkheim (2007), coagido a seguir determinadas regras, chamadas de fato social, que são regras exteriores e anteriores ao indivíduo e que controlam sua ação perante os outros membros da sociedade. O fato social, assim, é a coerção do indivíduo.

Essa coerção tem como propósito garantir a ordem social, a Constituição Federal (CF) do Brasil, em seu artigo 5º garante que

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade[...]

Dessa maneira, racismo e preconceito, que ferem a dignidade humana, são tipificados como crime. O inciso XLI do artigo 5º da CF determina que “a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais”.

Acreditando como Mandela, que a educação é a arma mais poderosa que podemos utilizar para mudar o mundo, as políticas educacionais nacionais têm sem mostrado combativas aos processos excludentes, racistas e discriminatórios. A criação da lei 10.693/03, que determina o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e particulares do Brasil, intenciona propagar o conhecimento dessa temática, a fim de despertar no educando o sentimento de pertencimento à origem africana, uma vez que é indiscutível a influência dos povos africanos no povoamento, cultura, tecnologia, religiosidade, entre outros aspectos.

Isto posto o objetivo desse trabalho é o de compreender como a metodologia freiriana se comporta diante do aspecto das relações étnico-raciais no ambiente escolar e quais vislumbres de reflexo social ela observa através da possibilidade de aplicação de uma educação antirracista.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida para composição desse trabalho foi a pesquisa exploratória, que segundo Gil (2008) objetiva proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo). Pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no problema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

Para tanto, definiu-se como procedimento técnico a pesquisa bibliográfica composta por obras de Freire e especialistas em educação étnico-raciais, a fim de demonstrar práticas, óticas e metodologias que permitam uma nova abordagem educacional, baseada em uma visão ampla de sociedade, fugindo de conceitos hegemônicos e que compreenda a pluralidade cultural como parte da construção social. Porém, é importante ressaltar que a fonte de pesquisa bibliográfica tende a aumentar a medida em que o corpo do trabalho for explorado.

Com objetivo expositivo, foram utilizados depoimentos a fim de ilustrar práticas citadas e comprovar teorias expostas.

Ensejamos que ao final desse trabalho, resulte-se límpida a relevância da atuação da educação popular em uma relação dialógica com a sociedade e na otimização da qualidade de vida dos educandos interpelados pelas suas metodologias.

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA EJA NO BRASIL

Essa modalidade de educação tem sua trajetória iniciada no Brasil durante o período colonial, com a chegada de missionários portugueses da Companhia de Jesus, objetivando principalmente a catequização das populações indígenas presentes nas terras brasileiras e a introdução da cultura europeia no contexto diário dessa população. “A educação escolar, introduzida pelos brancos em função do contato, se contrapõe à educação propriamente indígena, aquela que inclui os diferentes processos tradicionais de socialização, específicos a cada povo” (SILVA & AZEVEDO, 2004). Essa situação manteve-se inalterada até a intervenção de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, nomeado secretário de Estado do Reino Português entre o período de 1750 a 1777, dando início à Era Pombalina. Dentre suas decisões, Pombal optou por retirar a Companhia de Jesus das terras brasileiras

Para ele, o afastamento dos jesuítas dessa região significava tão somente, assegurar o futuro da América Portuguesa através do povoamento estratégico. O interesse de Estado acabou entrando em choque com a política protecionista dos jesuítas para com os índios e melindrando as relações com Pombal, tendo este fato entrado para a história como “uma grande rivalidade entre as ideias iluministas de Pombal e a educação de base religiosa jesuítica”. (SECO; AMARAL, 2006. p. 05).

Acusando os jesuítas de conspirar contra o Estado português, pois estes atuavam em desacordo com o Tratado de Madrid², já que na Amazônia, as ordens religiosas mantinham o monopólio da comercialização das "drogas do sertão", coletadas pelos índios que viviam nas suas missões.

Após esse episódio, segundo Moura (2003)

[...] a escola pública no Brasil teve início com pombal os adultos das classes menos abastadas que tinha intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior. (p.27)

Dessa maneira, apesar da suposta liberdade educacional propiciada por Pombal, o acesso de adultos à uma educação pública de qualidade ainda encontrava barreiras sociais. Durante o período imperial, o objetivo da educação de jovens e adultos voltou-se a fim de atender às necessidades da monarquia portuguesa que havia estabelecido domicílio no Brasil, assim, a educação de adultos formatou-se com um viés profissional. De acordo com Manfredi (2003, p. 75), “as iniciativas de

² [...] o Tratado de Madri, assinado em 1750, impôs uma nova agenda à administração colonial portuguesa em relação às suas colônias na América, particularmente àquelas conquistadas no século anterior. Debatendo-se com a escassez de recursos, própria do período, a Metrópole teve de encontrar alternativas para povoar e tornar economicamente interessantes as vastas áreas que compreendiam todo o território ao Norte e a Oeste da América Portuguesa. (COELHO, 2016).

educação profissional, durante o império, ora partiam de associações civis (religiosas e/ou filantrópicas), ora das esferas estatais – das províncias”.

Na década de 40, a era Vargas, houve grande movimento na Educação de Jovens e Adultos: A regulamentação do Fundo Nacional do Ensino do INEP, como meio de incentivo realizando estudos na área, o surgimento das primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino supletivo e o lançamento da CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, na qual houve uma grande preocupação com a elaboração de materiais didáticos para adultos.

Em 1958, com a criação da “Campanha Nacional Contra o Analfabetismo”, um intenso debate sobre a EJA ocorreu, onde foram discutidos desde a formação de professores, que gerou a criação do primeiro Centro de Treinamento de Professores Rurais, em abril de 1959. Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade a educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda significa alteração em suas condições de vida. (SOUZA, 2007).

No fim da década de 60, surgiu o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), que tinha como objetivo geral

[...] proporcionar alternativa educacional, através de atendimento numa linha de autodidaxia, às camadas menos favorecidas da população; e ampliar a atuação do Posto Cultural, imprimindo-lhe características de uma agência de educação permanente, com programas voltados para um aperfeiçoamento constante da população (CORRÊA, 1979, p. 358 *apud* RANGEL, 2011, p. 14).

E como objetivos específicos

[...] possibilitar a aquisição/ampliação de conhecimentos, tomando-se como base o Programa de Educação Integrada e o reingresso no sistema regular de ensino; e colocar ao alcance da clientela materiais que despertem e favoreçam o desenvolvimento de mecanismos necessários a uma educação permanente, proporcionando ao alfabetizador, já atuante, aprimoramento profissional (CORRÊA, 1979, p. 358 *apud* RANGEL, 2011, p. 14).

Com a consolidação do Mobral, muitas foram as críticas realizadas à suas propostas por educadores como Anísio Teixeira, Lourenço Filho e Célia da Rocha Reufels (NISKIER, 1989, p. 369/371), afirmavam que a metodologia utilizada no programa promoveria o analfabetismo e que não havia interesse genuíno do governo em alfabetizar indivíduo algum.

A reformulação da Constituição Federal em 1988 garante a todos os brasileiros o direito à educação gratuita e o exercício livre de sua cidadania. Nesse contexto, a EJA compreende que a abordagem escolar voltada para seu público exige um olhar diferenciado com objetivos distintos dos propostos até então nessa modalidade: estratégias metodológicas e de organização dos conhecimentos

diferenciadas com os diferentes sujeitos jovens, adultos e idosos, educandos/as; planejamento que considere as diferentes trajetórias de vida e construção de conhecimentos desses sujeitos.

Daí a compreensão da necessidade de uma educação libertária, inversa ao conceito de educação tradicional, que Freire cita como educação bancária e descrita como (1996):

Na visão “bancária” da educação, o “saber” é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão — a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro. (p. 57).

A educação bancária não permite questionamentos e nem sequer reflexões, nela o educando é limitado à reprodução do que está estabelecido, promovendo assim o estancamento social e a contínua submissão da classe dominada através da ignorância e da ausência de articulações populares.

Mas como a educação pode promover a emancipação popular? No tópico seguinte, apresentamos a metodologia freiriana e resultados práticos da sua aplicação na cidade de Angicos.

O MÉTODO FREIRIANO DE ENSINAR

No fim do tópico anterior, refletimos que a educação bancária é reprodutiva, quase uma domesticação do educando, não considera a emancipação do sujeito, uma vez que apenas reproduz o estabelecido e o reproduzindo não oportuniza o surgimento de novos pensamentos e ideias, estagnando os sujeitos socialmente a serviço de interesses econômicos superiores.

Quando Freire propõe o rompimento com essa abordagem educacional, propõe uma revolução social baseada em princípios constitucionais que norteiam direitos civis, sociais e políticos dos cidadãos. Somente a consciência desses direitos permite ao indivíduo o deslumbre da possibilidade de mobilidade social e efetivação desses direitos. A educação surge aqui como um vetor desse conhecimento, adquirido a partir de construções e reflexões geradas dentro do próprio núcleo de educandos que, ao gerar suas próprias demandas produzem o seu próprio conhecimento.

Essa metodologia de ensino propõe o desenvolvimento da visão crítica do aluno por meio das práticas em sala de aula. Dessa forma, o professor deve apresentar os conteúdos para o aluno, mas não como uma verdade absoluta, pois na educação que Paulo Freire defendia o professor e o aluno aprendiam juntos.

Nessa pedagogia, o educador deve levar em conta os aspectos culturais, sociais e humanos de cada aluno, para ouvi-lo e entendê-lo melhor, a fim de ajudá-lo a compreender e ler o mundo através do conhecimento. Segundo Freire, o conhecimento faz sentido para o estudante quando o transforma em sujeito que pode transformar o mundo, sendo então a educação uma forma de “libertar” o aluno.

Ao sugerir a ruptura com esse processo de ensino tradicional, Freire sugere a exploração muito além dos conteúdos didáticos nas disciplinas curriculares, ele apresenta ao seu educando a possibilidade de expandir seu horizonte social, reconhecendo-se como sujeito social e consciente do seu papel transformador.

Já temos afirmado que a educação reflete a estrutura do Poder, daí, a dificuldade que tem um educador dialógico de atuar coerentemente numa estrutura que nega o diálogo. Algo fundamental, porém, pode ser feito: dialogar sobre a negação do próprio diálogo (FREIRE, 1981:71).

A experiência na cidade de Angicos, na região central do Rio Grande do Norte é didática e ilustrativa: Ao se propor, na década de 1960, alfabetizar em torno de 300 alunos, agricultores da cidade, Freire conseguiu em quarenta dias modificar pensamentos e realidades.

O roteiro de aula³ dos 40 dias em que Freire permaneceu em Angicos demonstra que o processo de alfabetização ocorreu paralelo a intervenções que viabilizaram debates filosóficos, politização, contextualização dos temas geradores, processo que desencadeou transformações profundas e reais na vida dos alfabetizados, conforme relatam em entrevista ao site G1, alguns dos 300 alunos contemplados com a experiência:

"Naquela época aqui era só mato. Depois do trabalho a gente seguia para a aula com o caderninho debaixo do braço. Aquilo mudou a minha vida, porque quando a gente não sabe ler a gente não participa de nada, a gente não é ninguém" (Paulo Souza)

"A partir dali eu tive certeza de que seria professora e hoje dou aula para alunos da educação infantil" (Maria Eneide)

"Muita gente tinha medo. Minha mãe não queria que eu fosse, mas essas aulas mobilizaram a cidade inteira. Foi quase uma revolução e eu queria fazer parte" (Idália Marrocos da Silva)

Os resultados comprovam a eficácia de um método. Os relatos acima são decorrências de uma práxis elaborada para o desenvolvimento do senso crítico e do letramento, que segundo Soares (1998, p. 18), "é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita".

É a educação popular, uma reconstrução da pedagogia tradicional. A educação a serviço da população desfavorecida, onde a própria história é utilizada como referência para a educação.

É a educação que constrange, pois assume as disparidades sociais, as questiona e modifica. E ao agir, incomoda, pois promove mobilidade social, adulterando a relação entre classes sociais diferentes, pois desperta a consciência do indivíduo em relação ao seu lugar no mundo. Marx (1983) declara que "Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência".

É essa perspectiva que inspirou a criação da Pretagogia, tema do tópico a seguir.

³ Disponível em: http://www.dhnet.org.br/educar/40horas/a_pdf/40_horas_roteiro_hora_hora.pdf

A PRETAGOGIA

A Pretagogia é um referencial teórico-metodológico criado pela professora da Universidade Federal do Ceará, Sandra Petit, com base “no conceito de tradição oral na perspectiva de Hampâté Bâ (1982,2201) e na noção de literatura oral africana de Finnegan (1970)” (PETIT, 2015) para a construção de uma pedagogia que potencialize os aprendizados da ancestralidade africana.

Surgida diante das dificuldades que os professores encontram para implementar as temáticas proposta pela lei, a Pretagogia propõe o estímulo ao conhecer-se e reconhecer-se negro, para além da dimensão apenas do fenótipo, particularmente reforçando a apropriação do pertencimento afro. Espera que resulte, desse processo, o empoderamento negro, que oferece mecanismos e suportes que atuarão diretamente na luta antirracista.

Petit (2015) no desenvolvimento da Pretagogia, apresenta 30 marcadores de africanidades que auxiliam o educador no tocante às abordagens propostas no seu fazer pretagógico, visto que cada marcador referencia um aspecto da própria vivência que passa despercebido, outras vezes deturpados e ainda há os naturalizados. Quando elencados, esses marcadores propõe uma reflexão sobre seus impactos nas vidas de cada pessoa.

História do meu nome	Danças afro
História da minha linhagem, inclusive agregados	Cabelo afro (encaracolado/cacheado/crespo) – práticas corporais de afirmação e de negação dos traços negros diacríticos
Mitos/lendas/o ato de contar/valorização da contação	Representação da África/Relações com a África
Histórias do meu lugar de pertencimento/comunidade/territorialidade e desterritorialidades negras (movimentos de deslocamento geográficos, corporais e simbólicos)	Negritude – Força e resistência
Sabores da minha infância – pratos, modos de comer e o valor da comida	Artesanato
Pessoas negras referências da minha família e da minha comunidade e pessoas negras referência do mundo, significativas para mim	Outras tecnologias
Simbologias da circularidade/Tempos cíclicos e da natureza	Valores de família/Filosofia
Mestras e Mestres negras/negros (da cultura negra)	Racismos (perpetrados e sofridos)
Escrituras negras	Formas de conviver/Laços de solidariedade/Relações comunitárias
Curas/Práticas de saúde	Relação com a natureza
Cheiros “negros” significativos	Religiosidades pretas
Festas afro da minha infância e festas de hoje	Relação com as mais velhas e os mais velhos/senhoridade (respeito aos mais experientes)
Lugares míticos e territórios afro marcadores (investidos pela negritude)	Vocabulário afro/Formas de falar
Músicas/Cantos/Toques/Ritmos/Estilo afro	Relação com o chão (Vivências e simbologias)
Práticas e valores de iniciação/Ritos de transmissão e ensino	Outras práticas corporais (brincadeiras tradicionais, jogos e outros)

A consciência do despertar da negritude que temos e/ou nos permeia proporcionada pela Pretagogia corrobora diretamente com a ação educacional antirracista, uma vez que evocamos a afirmação de Silva (2019) de que a Pretagogia é uma “pedagogia de preto, para preto e branco” (p. 88). Dessa maneira, a aplicação das práticas pretagógicas podem e devem ser utilizadas como mecanismo de atuação social e no auxílio da construção de conceitos morais e éticos dos indivíduos em fase de letramento.

A Pretagogia é componente curricular dos cursos de mestrado e doutorado em educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), dentro da linha de pesquisa de Movimentos Sociais, Educação Popular e Escola (MOSEP) no eixo Sociopoética, Cultura e Relações Étnico-raciais, como disciplinas optativas. Nela, os mestrandos e doutorandos são convidados a refletir, e principalmente, repensar suas práticas pedagógicas a partir dos marcadores, a fim de trabalhar conceitos como pertencimento negro, ancestralidade, religiosidade, tradição oral, circularidade, territorialidade, lugar social historicamente atribuído ao negro, mediante vivências e estudos que aliam conhecimentos instrutivos com dispositivos de formação sensitiva da história e culturas africanas, afro-brasileiras e afrodiaspóricas. Espera que educadores e educadoras sejam levados a se perceberem como sujeitos ativos e engajados do processo que pretendem construir, firmando conhecimentos e métodos que potencializarão sua prática educacional na abordagem da lei 10.639/03.

FREIRE NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS ESCOLARES

A práxis proposta por Freire pode e deve ser desdobrada em várias frentes que busquem estimular a reflexão dos educandos. Ao se tratar das relações étnico-raciais no contexto escolar é imprescindível explorar e desenvolver a sensação de pertencimento que identifiquem o educando com os seus antepassados negros. Através de práticas pretagógicas que se alinham harmonicamente aos preceitos freirianos, a introdução ao tema é efetivada e absorvida naturalmente pelos educandos. a Pretagogia dá ênfase ao fortalecimento do Pertencimento Afro, recorrendo às filosofias da Ancestralidade africana e aos aportes da Tradição Oral Africana e as diversas fontes e possibilidades do Corpo Memória, mediante vivências que aliam conhecimentos instrutivos e dispositivos de formação sensitiva do histórico-cultural que colaboram com a própria identificação afrodescendente. O próprio Freire vivenciou essa sensação, descrita por ele em

Meu primeiro contato com África não se deu, porém, com a Guiné-Bissau, mas com a Tanzânia, com a qual me sinto, por vários motivos, estreitamente ligado. Faço esta referência para sublinhar quão importante foi, para mim, pisar pela primeira vez em chão africano e sentir-me nele como quem voltava e não como quem chegava. (1984, p. 13-14)

A aproximação da Pretagogia com a metodologia freiriana está na possibilidade de através de estímulos do facilitador, o educando construir seu conhecimento a partir das próprias experiências de vida e a partir daí relacionar-se com o mundo de maneira linear. As práticas pretagógicas pretendem a partir de reflexões e vivências de percepção de aspectos como a dança, religiosidade, culinária, cultura, entre outros, afrorreferenciados em suas vidas, possibilitar o reconhecimento das influências negras e assim promover um diálogo sobre as relações étnico-raciais presentes na vida do educando.

Assim como o método freiriano, a Pretagogia, apesar de ser um referencial, não apresenta sugestões de atividades a serem desenvolvidas, apesar de demonstrar algumas atividades praticadas, como ilustração. Tanto Freire como Petit pretendem que os educadores desenvolvam suas abordagens e as pratiquem com o objetivo de desenvolver o senso crítico do educando e dessa maneira promover a emancipação do cidadão.

Freire afirma que não há neutralidade, há sempre uma posição que assumimos, a do oprimido e do opressor, a escola enquanto instituição de formação social deve objetivar a formação de cidadãos antirracistas e de educando negros conscientes de seus direitos civis. Dessa maneira, posicionar-se contra o sistema opressor é papel do sistema escolar

Se a mudança faz parte necessária da experiência cultural, fora da qual não somos, o que se impõe a nós é tentar entendê-la ou nas suas razões de ser. Para aceitá-la ou negá-la é preciso compreendê-la, sabendo que, se não somos puro objeto seu, ela não é tampouco resultado de decisões voluntaristas de pessoas ou de grupos. Isto significa, sem dúvida, que em face das mudanças de compreensão, de comportamento, de gosto, de negação de valores ontem respeitados, nem podemos simplesmente nos acomodar, nem também nos insurgir de maneira puramente emocional. (FREIRE,2000)

Ora, se é na escola que o educando expande seu conhecimento de mundo a fim de compreendê-lo e a partir dessa compreensão pode, interagir com ele e modificá-lo se e quando necessário, é nesse espaço que o educando deve ter acesso ao conhecimento e compreensão de diversas culturas que são base, inclusive, da sua própria cultura. Conhecer e compreender essas culturas permite o despertar da sensação de pertencimento que dizima pensamentos e práticas racistas, pois implode essas realidades, baseando-se na contradição do indivíduo que as mantém.

Gomes (2017) afirma que a educação não é um campo imutável, ao longo do tempo esse campo é articulado, indagando e indagado pelos movimentos sociais e agindo e se adaptando às necessidades sociais de cada época.

Nessa perspectiva, observamos o currículo escolar como integrante vital do processo escolar, uma vez que ele age e interage com as realidades sociais

O currículo é vivo e imortal. Ele se adapta às necessidades sociais de qualquer época, a fim de (de acordo com a época): reproduzir padrões/formar mão de obra/ incutir valores (o que são valores?) / desenvolver o senso crítico/ inserir o educando nas questões pertinentes em vigor. Ele se atualiza e se apropria de ferramentas intelectuais e tecnológicas em busca do seu objetivo final que é, em qualquer currículo, a construção do educando idealizado por aquele momento político e social. (p. 1810)

No entanto, apesar de o currículo ser o norteador da criação da base e estrutura escolar, ele não teria função se não houvesse a atuação de outros elementos: a educação compreendida na escola é composta por vários atores e interfaces: gestores, professores, material didático, material de apoio, devem participar dessa adaptação de forma prática e atualizada.

Sobre a formação de professores, Freire explica “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. (FREIRE, 1996, p. 39).

Sendo um dos principais vetores da educação emancipatória, o professor necessita de formação continuada atualizada para compreender e executar melhor a sua prática.

A lei 10.693/03 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio não é considerada, nem em formações de professores como tampouco no currículo escolar. Professores sentem dificuldade em trabalhar a temática, uma vez que não há orientação acerca. Os municípios não oferecem aos seus professores formação nesse sentido, salvo momentos pontuais. No entanto mesmo com essa debilidade há muitos exemplos de práticas exitosas da aplicação da referida lei.

As formações sob uma perspectiva das relações étnico-raciais ocorrem pontualmente em ações promovidas pelas Secretarias Municipais de Educação. Essa deficiência reflete na atuação dos professores, que em alguns casos, preferem optar por evitar a temática por falta de suporte instrumental para a abordagem, ou ainda, a abordagem equivocada e/ou racista mesmo que inconsciente.

Freire (1996) indica a construção do conhecimento a partir do conhecimento dos próprios educandos, daí a versatilidade de compor o próprio material didático, particularmente no que se refere à aplicação da referida lei, uma vez que o material existente é insuficiente para sua aplicação, o educador extrai da realidade do próprio educando elementos que contribuam para a construção do seu conhecimento e através de reflexões desses elementos, por exemplo situações vividas e/ou presenciadas de racismo que denunciam inclusive o desrespeito à lei, podem ser analisadas conjuntamente com os educandos e essa análise pode ser materializada de várias maneiras: produção de material gráfico, ações interventivas, produção textual, entre outras, que causem um deslocamento do senso comum dentro do pensamento do educando e provoque a tomada de uma nova postura em relação à práticas racistas.

CONCLUSÃO

A metodologia freiriana é sempre contemporânea, suas práticas e possibilidades emergem o educando a um mundo do qual ele participa e não se dá conta, e essa alienação o acomoda em uma posição de submissão e ignorância. Ao ofertar ao educando esse vislumbre, o empoderamento propiciado permite a este a elaboração de pensamentos e estratégias que provoquem uma mudança em sua própria vida que reverberará socialmente.

O cidadão emancipado conhece seus direitos e atua politicamente para sua efetivação, segundo Marx

A emancipação política de fato representa um grande progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática (MARX, 2010, p. 41).

Emancipação sugerida e estimulada por Freire a todo momento, por isso Freire tem sido massacrado pelo atual governo. Apesar de Paulo Freire ser o terceiro pensador mais citado do mundo em universidades da área de humanas (O levantamento foi feito através do Google Scholar – ferramenta de pesquisa para literatura acadêmica – por Elliot Green, professor associado da London School of Economics. Segundo ela, Freire é citado 72.359 vezes, atrás somente do filósofo americano Thomas Kuhn (81.311) e do sociólogo, também americano, Everett Rogers (72.780).), estudado em universidades americanas, homenageado com escultura na Suécia, nome de centro de estudos na Finlândia e inspiração para cientistas em Kosovo, o presidente em exercício considera a obra de Freire inútil e alienante, e por isso, de acordo com o *power point* onde apresenta seu plano de governo (2017), o presidente da República afirma que pretende “Além de mudar o método de gestão, na Educação também precisamos revisar e modernizar o conteúdo. Isso inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire [...]”.

Essa não é uma afirmação compartilhada pela grande maioria dos educadores do país. Freire vive e resiste, mais que nunca é necessária a sua prática escolar conectada com a prática social, pois a cidadania só se manifesta através de cidadãos, e não de leitores alienados pela educação bancária.

A necessidade do emprego da educação popular é fortalecida não pelo discurso dos seus entusiastas, mas pelos próprios contextos sociais, que especialmente na contemporaneidade têm-se desnudado cada vez mais consumista, capitalista e por isso mesmo, excludente.

A população negra é, indiscutivelmente, quem mais sofre com os ataques decorrentes desse contexto, uma vez que dentro das relações de classes sociais a população negra compõe maioria dos integrantes das classes baixa e média, dominada pela classe alta pela através das relações trabalhistas,

culturais, consumistas e tecnológicas. Essa dominação além da estagnação social, promove o desapego e a negação da condição do ser negro, pois incute no subconsciente a associação do negro com a pobreza, o ridículo, o ruim.

Daí a importância do desenvolvimento das relações étnico-raciais nos contextos escolares, considerando que o estudo dessas relações compreende desde a percepção de pertencimento negro às dinâmicas raciais em uma perspectiva justa e respeitosa.

Ao unir as práticas pedagógicas aos fundamentos libertários de Freire, a institucional escolar assume a função mais importante da educação contemporânea: promover o empoderamento e emancipação humana.

Para o público da EJA, em sua maioria negros periféricos a educação popular pode significar uma mudança real de perspectivas, pois como cita Gadotti (2000)

As práticas de educação popular também constituem-se em mecanismos de democratização, em que se refletem os valores de solidariedade e de reciprocidade e novas formas alternativas de produção e de consumo, sobretudo as práticas de educação popular comunitária, muitas delas voluntárias. O Terceiro Setor está crescendo não apenas como alternativa entre o Estado burocrático e o mercado insolidário, mas também como espaço de novas vivências sociais e políticas hoje consolidadas com as organizações não-governamentais (ONGs) e as organizações de base comunitária (OBCs). Este está sendo hoje o campo mais fértil da educação popular. (p. 6)

Se a educação popular motiva e impulsiona ações modificadoras, é certo de que somente ela não é bastante para a efetivação dessas ações, é necessária uma mudança estrutural na formação social brasileira e integração de combate ao racismo e valorização da cultura afro-brasileira, a fim de despertar uma nova postura nas relações étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA

- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 1998.
- COELHO, Mauro Cezar. **Do sertão para o mar: um estudo sobre a experiência portuguesa na América: o caso do Diretório dos Índios (1750-1798)**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2016.
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo, Martins Fontes. 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra.1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos/Paulo Freire**. São Paulo. Editora Unesp. 1997.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8ª Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93 p. (Coleção o Mundo Hoje). Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira.
- FREIRE, Paulo. **A Educação como Prática da liberdade**. 23ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- FREIRE, Paulo. **Cartas à Guiné-Bissau: Registros de uma experiência em processo**. São Paulo: Paz e Terra, 1984.
- GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Paco Editorial, 2003.
- MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma de social” de um prussiano**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARX, K. **Vorwort zur Kritik der politischen Ökonomie**. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Werke* (MEGA). Berlin: Dietz, 1983, v. 13, p. 9.
- MOURA, Maria da Gloria Carvalho. **Educação de Jovens e Adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica/ Maria da Glória Carvalho Moura**. Curitiba: Educarte, 2003.
- MENDONÇA, Esther Costa. **Currículo, Diálogos com a História**. IV Seminário Estadual de Práticas Educativas, Memórias e Oralidades / Lia Machado Fiuza Fialho, Cristine Brandenburg e Francisca Genifer Andrade de Sousa (Orgs.). - Fortaleza: EdUECE, 2017.
- NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira: 500 anos de história, 1500-2000**.7. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1989

PETIT, Sandra Haydée, **Pretagogia: Pertencimento, Corpo-Dança Afro ancestral e Tradição Oral Contribuições do Legado Africano para a Implementação da Lei Nº 10.639/03**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

RANGEL, Elba Alonso. **Jovens e adultos trabalhadores pouco escolarizados no Brasil**: problema estrutural para o desenvolvimento nacional. 2011. Trabalho de Conclusão de curso (Monografia apresentada ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows%20Seven/Downloads/Jovens%20e%20Adultos%20pouco%20escolarizados%20no%20Brasil%20-%20(2).pdf > Acesso em: 02 de dezembro 2019.

SECO, A. P. e AMARAL, T. C. I. do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira**. 2006. In http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html. Acesso em 10 de março de 2018.

SILVA, Geranilde Costa e. **Pretagogia**, construindo um referencial teórico-metodológico de base africana para a formação de professores/as/Geranilde Costa e Silva. – Fortaleza:Imprece:2019.

SILVA, Marcio Ferreira da; AZEVEDO, Marta Maria. **Pensando as Escolas dos Povos Indígenas no Brasil**: O Movimento dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre. In: SILVA, Aracy Lopes da; GRUPIONI, Luís Donizete Benzi. A temática indígena na escola: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. São Paulo: Global, 2004.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

SOUZA, M. A. **Educação de jovens e adultos**. Curitiba: Ed. Ibepe, 2007.

<http://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2013/04/1-turma-do-metodo-paulo-freire-se-emociona-ao-lembrar-das-aulas.html>. Acessado em 19 de março de 2019.

http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acessado em 24 de março de 2019.